



FIM DO CICLO PETISTA, AS ESQUERDAS NO PROCESSO ELEITORAL E SUA CONSTRUÇÃO POLÍTICA

Gonzalo A. Rojas*

O esgotamento do projeto hegemônico pelo PT

O projeto de governo hegemônico pelo Partido dos Trabalhadores (PT) se esgotou em termos políticos. Mas estamos assistindo a um fenômeno político mais geral na América Latina que poderíamos chamar de início do fim do ciclo de um conjunto heterogêneo de governos que se apresentavam com alguns elementos discursivos, em maior ou em menor medida, como críticos do neoliberalismo, sejam em versões autodenominadas “neodesenvolvimentistas”, como no Brasil e na Argentina, ou “nacionalistas”, como nos casos da Venezuela, Bolívia ou Equador. Essa é uma tendência geral, reconhecendo que cada um desses governos tem especificidades expressadas pela particular relação entre as alianças de classes e frações de classes no bloco no poder em suas respectivas formações econômico-sociais.

Da mesma forma que com o PT brasileiro não se superou os limites impostos pelo próprio neoliberalismo em seu conjunto com a hegemonia do capital financeiro, o mesmo acontece com o modelo rentista petrolífero na Venezuela, o extrativismo na Argentina e Equador, sendo que, neste caso, a dolarização da economia foi mantida sob o governo de Correa, entre outros exemplos. Isso não significa que necessariamente e de forma automática tais governos deixem de ganhar eleições: Maduro triunfou na Venezuela e Evo Morales será reeleito na Bolívia, apenas para citar dois exemplos. Este fenômeno de fim de ciclo, ainda que possamos situá-lo um pouco antes, tem como momento simbólico a morte de Hugo Chávez em março de 2013 e se caracteriza por uma tendência de combinação de crises econômicas com crises políticas que se expressam com mais ou menos força nos diferentes países, sendo talvez o caso da Argentina kirchnerista o mais emblemático.

O pano de fundo dos limites desses governos são suas alianças de classes, são governos policlassistas com hegemonia de alguma fração da burguesia, e a crise geral do capitalismo que se aprofunda qualitativamente desde o ano 2008 e se desenvolve de

* Professor Doutor em Ciência Política, na Unidade Acadêmica de Ciências Sociais (UACS) e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS) no Centro de Humanidades (CH) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Pesquisador de Práxis. Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Estado e luta de classes na América Latina.

forma desigual e combinada em termos geográficos e políticos, golpeando o coração da potência imperialista mais importante do mundo os Estados Unidos, depois a periferia europeia, o norte da África e mais tardiamente a América Latina.

Uma hipótese que poderíamos levantar seria que o ritmo da combinação entre crise econômica e crise política depende da intensificação da luta de classes e isso podemos relacionar com os ritmos dos finais desses ciclos.

No Brasil, o projeto de governo hegemônico pelo PT está esgotado em termos políticos, independentemente do que aconteça em termos eleitorais, tendo em vista a morte de Eduardo Campos e a rápida ascensão de Marina Silva no cenário político eleitoral. Sobre este tema devemos avaliar se se trata em termos de processo de um fenômeno meramente conjuntural ou se corresponde a um fenômeno mais permanente de acomodação de interesses das classes dominantes. Assistimos ao esgotamento do projeto conhecido historicamente como democrático popular, de base operário e popular hegemônico pelas frações burguesas vinculados ao capital financeiro nacional e internacional e às grandes burguesias internas brasileiras num país como o Brasil, que não coloca em questão a divisão internacional do trabalho construída pelo imperialismo e que se nega a assumir sua situação de semicolônia, o que permitiria sob a direção da classe trabalhadora empreender uma luta anti-imperialista e socialista consequente.

É central para a esquerda socialista revolucionária fazer um balanço rigoroso do que foi a experiência política do PT e os limites do projeto democrático popular, assim como do discurso e dos limites de uma proposta de democratização do Estado sem rupturas. Discutir o que significaram os doze anos de despolitização sistemática da sociedade brasileira por parte dos governos petistas e a institucionalização dos movimentos sociais e centrais sindicais e estudantis que, de instrumentos construídos pela classe e a juventude na luta contra os patrões da cidade e do campo e os governos, como por exemplo a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a União Nacional de Estudantes (UNE), se transformaram em uma corrente de transmissão das políticas dos governos sobre os movimentos sociais, dividindo-os para manter o estado de desmobilização.

Consideramos importante tirar como conclusão que o problema não foi a ausência de uma correlação de forças no interior do projeto democrático-popular no governo, senão que é preciso estabelecer uma linha de demarcação em relação aos limites do próprio projeto democrático-popular. Na minha opinião, tentando contribuir de forma inicial com esse balanço provisório a partir de uma perspectiva socialista revolucionária, a fórmula petista, originária da construção de um partido não leninista nem socialdemocrata, com a incorporação de interpretações parciais de Gramsci e Rosa Luxemburg, interpretações democratizantes e não revolucionárias, se esgotou nos limites da governabilidade burguesa. Do ponto de vista da transformação social, a experiência do PT brasileiro será lembrada por estar aquém das experiências reformistas, chauvinistas e revisionistas da socialdemocracia alemã e muito mais aquém do reformismo de esquerda que pretendeu avançar ao socialismo respeitando os limites da legalidade burguesa no Chile de Salvador Allende e a Unidade Popular (UP), e por ter mais semelhanças com as claudicações do Congresso Nacional Africano (CNA) na África do Sul.

Alguns dos velhos e novos petistas pretenderão nos fazer crer que o projeto originário era adequado para uma transformação do Brasil, mas que as correlações de forças e o sistema político não permitiram desenvolvê-lo de maneira mais avançada. Essa estratégia deve ser rejeitada, porque tem como objetivo salvar o projeto democrático popular de conciliação de classes e as forças políticas que o levaram adiante, para tentar reciclá-lo em um novo momento político, uma opção que não procura encontrar caminhos de combate mais gerais ao capitalismo, seu regime e suas instituições.

As esquerdas no processo eleitoral de 2014.

A legislação brasileira é profundamente antidemocrática em relação às possibilidades de participação política da esquerda no processo eleitoral e isso não se resolve com uma reforma política a partir de um plebiscito como fez a “encenação” de apresentar o governo durante as jornadas de junho de 2013 para tentar institucionalizar o movimento. O objetivo dessa reforma política com o qual a aliança governista hegemônica pelo PT sequer concorda na sua maioria é levantada hoje claramente por grupos políticos como a Consulta Popular (CP), aceita em geral pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e movimentos sociais e pastorais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Via Campesina (VC). A reforma política de Dilma e do PT tinha, então, um objetivo estratégico, a mencionada institucionalização das heterogêneas demandas de junho de 2013 e por isso um caráter conservador e de seleção e distorção de parte dessas demandas para sua dissolução na lógica institucional. Desse ponto de vista, tem que ser rejeitada pela esquerda.

As eleições e a participação ou não dos partidos revolucionários nelas não são um tema novo de discussão para os socialistas revolucionários de matriz marxista comunista, leninista-trotskista, a partir de onde tento formular minhas reflexões. Deveriam ser consideradas uma questão tática, não um tema estratégico. Toda decisão sobre esse tema deve depender de questões concretas e de uma avaliação central: se isso fortalece ou não a luta dos trabalhadores.

O papel das esquerdas nas eleições deveria ser o de utilizar as tribunas e a campanha eleitoral para realizar uma denúncia do conjunto do regime e dar visibilidade às lutas dos trabalhadores em curso. Particularmente, nesta linha, do ponto de vista do modelo de intervenção, há alguns anos defendo a forma em que é realizada na Argentina tanto as campanhas eleitorais como a própria ação legislativa do Partido dos Trabalhadores Socialistas (PTS), grupo trotskista, integrante da Frente de Izquierda y de los Trabajadores (FIT) de Argentina. O PTS é uma organização política irmã da Liga Estratégia Revolucionária - Quarta Internacional (LER-QI) de Brasil, sendo as duas integrantes da Fração Trotskista – Quarta Internacional (FT-QI). A Frente de Izquierda y de los Trabajadores (FIT) de Argentina é uma aliança eleitoral integrada por três partidos trotskistas da Argentina, o mencionado Partido de Trabalhadores Socialistas (PTS), o Partido Obrero (PO), que é um grupo que se articula através do Jornal Tribuna Classista no Brasil, e a Izquierda Socialista (IS), que no Brasil se corresponde com a Corrente

Socialista dos Trabalhadores (CST), uma corrente interna do PSOL, cuja figura pública mais conhecida é o ex-deputado federal Babá.

Essa intervenção política eleitoral poderia ser sintetizada da seguinte forma:

1) não subordinar a estratégia de construção e organização partidária à participação nas eleições, porque dessa forma se reproduziria a lógica dos partidos das classes dominantes ou o eleitoralismo de muitas correntes de esquerda;

2) pelo contrário a intervenção eleitoral e a obtenção de alguma cadeira de deputado ou legislador não devem ter por fim fazer a classe trabalhadora acreditar que a institucionalidade ou os parlamentos resolverão os problemas de fundo das massas, devendo, sim, ser orientada para impulsionar sempre que possível a luta extra-parlamentar e extra-institucional e criticar as variantes patronais e os movimentos de conciliação com a burguesia. A esquerda deveria difundir seu programa e as perspectivas da luta politizando-as e tentando superar o nível das lutas corporativas e as divisões geradas pelas classes dominantes entre classe operária e demais setores oprimidos, entre trabalhadores permanentes e terceirizados, unificando todas as lutas contra os patrões, mas também contra o governo e o Estado.

Deve-se lutar contra todas as pressões governistas, do Estado, e responder de forma ofensiva aos argumentos que são utilizados de forma recorrente contra a esquerda, que exigem moderação na atuação na luta de classes e indicam que se “está fazendo o jogo da direita” para, contraditoriamente, justificar políticas governamentais de direita ou de que se tem que “votar no candidato menos ruim” independentemente de qualquer delimitação de classe e programática.

Além destas questões mais gerais, no caso do Brasil, temos algumas questões importantes que a esquerda deveria levar em consideração no marco de uma campanha eleitoral:

a) As mobilizações de junho de 2013 exigindo uma melhoria nos serviços públicos: transporte, saúde, educação entre outras, que não foram atendidas, o que coloca a Brasil em uma situação de crise política não resolvida. Tais pautas deveriam ser formuladas como propostas transitórias que poderiam permitir a esquerda dialogar de forma real com as reivindicações mais sentidas da classe trabalhadora, o povo pobre e a juventude, na medida que se fortalece a luta anticapitalista, apontando para a linha política de que todos os serviços públicos devem ser expropriados e estatizados sem indenização, sob o controle dos trabalhadores e usuários. Cabe também fazer a defesa das liberdades democráticas e denunciar a repressão e a criminalização dos que lutam.

b) Temos uma recomposição das lutas da classe trabalhadora no Brasil, a greve dos garis em Rio de Janeiro e outras cidades, a dos rodoviários em Porto Alegre, superando a suas direções, a dos trabalhadores do metrô em São Paulo e as importantíssimas greves nas universidades estaduais paulistas, particularmente a da Universidade de São Paulo (USP) que superará os 100 dias. Não é possível pensar em uma intervenção eleitoral de esquerda separada das lutas em curso, tem que explicar que é preciso construir uma alternativa política

geral por parte dos trabalhadores que sirva para sua unificação como classe de forma independente dos patrões, dos governos e do Estado.

c) Deve-se rejeitar qualquer financiamento de empresas nas campanhas eleitorais e quaisquer alianças políticas com partidos de esquerda que o aceitam, neste caso o PSOL.

A construção de uma política de esquerda socialmente enraizada e comprometida com a transformação da sociedade brasileira.

Para construir uma política de esquerda socialmente enraizada e comprometida com a transformação da sociedade brasileira é central: realizar uma análise a partir do conhecimento da formação econômico-social concreta brasileira e das lutas da classe trabalhadora sem subvalorizar a questão negra, nem limitar tal questão a execução de políticas públicas de ação afirmativa.

Para poder construir essa esquerda, é preciso apreender com a experiência histórica do PT, com seu fracasso como instrumento de transformação social, assim como com o fracasso das experiências socialdemocratas, pacifistas, nacionalistas ou estalinistas ou as variantes eurocomunistas.

Dever-se-ia realizar um balanço das principais correntes das esquerdas no Brasil, ainda que terei condições de mencionar aqui apenas algumas delas.

Para superar o legado petista, não adianta reproduzir a mesma lógica do PT em organizações que se apresentam à esquerda do PT. Com o PSOL acontece um pouco isso. Talvez com a exceção do estado de Rio de Janeiro, esse partido não deixa de ser uma ruptura meramente superestrutural com o PT, não tem problemas em receber financiamento por parte de empresas e sua campanha foca principalmente mais em seus candidatos do que na discussão do programa. Sua política geral está subordinada em grande medida aos interesses da reprodução dos mandatos, o que o leva muitas vezes a reproduzir a lógica histórica do PT por fora do PT. Isso tem consequências, já que leva a pensar a política a partir da mencionada lógica da reprodução institucional e, não do ponto de vista da luta de classes, aprofundando, em última instância, uma tendência à burocratização, mesmo nos locais onde tem uma base real. No estado de Alagoas, por exemplo, se, por um lado, Dilma e o PT apoiam Collor de Melo, Collor apoia Dilma e os petistas vibram com a absolvição judicial de Collor, por outro, a candidata a Senadora, pelo PSOL, Heloisa Helena, recebe o apoio do PSDB, dos tucanos e isso não se constitui num problema.

O Partido Comunista do Brasil (PCdoB), por sua vez, de matriz estalinista-maoísta antes e pró-albanês depois, transformou-se em um defensor do desenvolvimento capitalista fazendo parte de um governo neoliberal e do ponto de vista eleitoral não vê problemas em fazer alianças com qualquer partido patronal.

Pela sua vez, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) não faz parte da coligação governamental no Brasil, às vezes se apresenta de forma independente, mas no plano internacional defende a política de alianças com governos nacionalistas de composição

claramente policlassista e em alguns momentos de crise política aparece susceptível às pressões do PT.

O caso do PSTU, partido trotskista morenista (em referência a um dos fundadores da corrente, o trotskista argentino Nahuel Moreno) é diferente, se apresenta de forma autônoma, como uma alternativa independente para os trabalhadores, mas mantém alianças com o PSOL em vários estados do Brasil. O PSTU tem presença sindical através da Central Sindical e Popular – CSP-Conlutas, mas muitas vezes reproduz uma lógica de reprodução das rotinas sindicais no lugar de focar na luta de classes. Haveria que desenvolver mais este tema, mas simplificando, do ponto de vista tático talvez poderia se fazer, na ausência de outra alternativa eleitoral independente dos trabalhadores, um voto crítico no PSTU, mas apenas nos locais em que esse partido se apresenta eleitoralmente de forma independente do PSOL e votar nulo nos demais casos.

No caso do Partido da Causa Operária (PCO), outro partido trotskista, a partir das jornadas de junho de 2013, do julgamento do “mensalão petista” e da Copa do mundo, se transformou em defensor de vários aspectos do discurso do PT e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), tentando deslegitimar a crítica de esquerda ao governo com a afirmação petista de “fazer o jogo a direita”.

O Partido Operário Revolucionário (POR) – Massas, lorista (fazendo referência a seu fundador o dirigente trotskista boliviano Guillermo Lora), tem a virtude de realizar uma crítica geral ao capitalismo e ao regime desde uma posição independente e programática focando sua ação na luta de classes. Nestas eleições chamam a votar nulo, porém, a repetição dessa posição tanto na Bolívia, onde apresentam uma inserção histórica, como no Brasil em diferentes circunstâncias e momentos históricos corre o risco de transformar uma questão tática em uma questão estratégica.

Na minha interpretação, é preciso pôr de pé uma esquerda socialista revolucionária a partir do balanço crítico da experiência política do PT, já que essa experiência foi marcante no conjunto da esquerda brasileira que reproduz muitas de suas práticas fora do PT. Uma esquerda socialista revolucionária que, a partir de um balanço das jornadas de junho de 2013, tenha como seu eixo a intervenção decidida na luta de classes. Que lute pela organização política dos trabalhadores e a juventude nos seus locais de trabalho e estudo e através de correntes classistas nos sindicatos, tomando como exemplo as experiências do sindicalismo de base da Argentina com a ocupação de ex-fábrica Zanon, hoje Fabrica sem patrões (FASINPAT) ou com a luta para recuperar os sindicatos das mãos dos burocratas peronistas na grande Buenos Aires, como nas fábricas multinacionais de alimentação Kraf, vinculadas ao setor automotivo Lear, e recentemente na gráfica Donelley hoje ocupada por seus trabalhadores. Uma esquerda que realize uma aposta política de construção no movimento operário e na classe trabalhadora nesta nova etapa aberta como faz na Argentina o PTS como o sindicalismo de base que no Brasil se expressa no Movimento Nossa Classe, fundado em São Paulo no mês de março de 2014, tendo como fundamentos principais: a luta contra o governo, os patrões e a burocracia sindical; a organização autônoma dos trabalhadores a partir da mais ampla democracia operária; lutar incansavelmente contra todas as formas de opressão às mulheres, negros e LGBTTs; a luta contra a repressão às greves e aos lutadores, contra o genocídio do povo

negro e contra a militarização dos morros e favelas, organizando a mais ampla solidariedade às lutas operárias em todo o país.

Que construa uma visão mais ofensiva do marxismo no plano teórico, político e cultural, que se articule com umas práxis, que prepare os trabalhadores e a juventude para os novos embates da luta de classes. Do meu ponto de vista, no Brasil de hoje, esse papel está tentando ser cumprido pela Liga Estratégia Revolucionária - Quarta Internacional (LER-QI) integrante da Fração Trotskista - Quarta Internacional (FT-QI).